

FESTA E CULTURA NA BAHIA REPUBLICANA

Edilece Souza Couto

Universidade Federal da Bahia – UFBA

edilece@ufba.br

Resumo: Nas duas primeiras décadas do regime republicano, os representantes do poder e a elite baiana estavam imbuídos dos ideais de modernização, progresso e civilização. Políticos, médicos, higienistas e jornalistas defendiam mudanças arquitetônicas e culturais para que Salvador saísse do “atraso” e da “barbárie” do período colonial. Civilizar significava reordenar o espaço urbano, mudar os hábitos e moralizar os costumes. Tratava-se de impedir a comercialização de produtos alimentícios nas ruas, os cultos africanos e as manifestações lúdicas populares. Por meio da análise das posturas municipais e dos jornais, pretendo discutir as regras para a realização das festas impostas pelo poder público e os discursos difundidos pela imprensa.

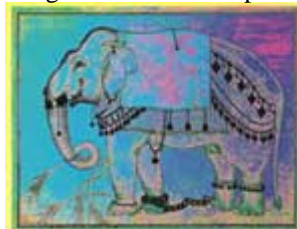
Palavras-chave: Festa; Cultura; Modernização.

A modernização da cidade do Salvador

Após a proclamação da República em 1889, a elite baiana realizou várias tentativas para tirar Salvador do “atraso” colonial e viver na modernidade. Os editoriais dos jornais demonstram o desejo de transformação:

A velha capital da antiga metrópole, quando dizemos velha, não é em relação aos seus trezentos e oitenta e três anos de idade, mas sim, a seu aspecto colonial – está cheia de edificações seculares, de altas casas roídas, de paredes esboroadas, com grossos toros de pau servindo-lhes de amparo, de número considerável de muros fendidos, tudo ameaçador, tudo em iminência de desastres lamentáveis.¹

¹OS DESMORONAMENTOS: avisos do destino. **Diário de Notícias**. Salvador, p.1, 12 out. 1912. Na transcrição dos artigos de jornais, atualizei a grafia e mantive a pontuação original.



Aparentemente, Salvador era uma cidade dinâmica e rica, mas escondia uma grande fraqueza: continuava sendo uma metrópole colonial, depósito de produtos manufaturados vindos do exterior ou do sudeste do país, pois no final do século XIX Rio de Janeiro e São Paulo passavam pelo processo de desenvolvimento industrial. A primeira capital do Brasil não conseguia nem mesmo manter a influência regional, passando por um refluxo econômico em função do declínio da indústria açucareira. Nas três primeiras décadas do século XX, a região sul da Bahia, principalmente o eixo Ilhéus-Itabuna, mostrou um certo dinamismo com o cultivo do cacau. Salvador tornou-se o centro comercial e exportador do produto. Entretanto, a nova atividade econômica não significou investimento de capitais na região cacauceira nem mesmo no Estado. Os coronéis do cacau preferiam investir os seus lucros na capital federal: Rio de Janeiro.

Kátia Mattoso identifica três momentos na economia baiana da Primeira República. O período de 1889 a 1897 foi de recuperação econômica em decorrência da alta nos preços dos produtos agrícolas e a solidificação do cacau, da borracha e dos carbonados como produtos de exportação. Os anos entre 1897 e 1905 foram de depressão, causada pela crise da economia europeia, dificuldades para a produção e comercialização do açúcar, flutuação do preço do cacau e secas que atingiram até mesmo o litoral. Entre 1906 e 1928 veio novamente a recuperação, motivada pelo restabelecimento dos preços dos produtos agrícolas e novas transações comerciais.²

Os períodos de recuperação econômica foram acompanhados de tentativas de modernização. No entanto, os anseios de modernizar e civilizar Salvador são anteriores à Proclamação da República. No início do século XIX a economia baiana já passava por alternâncias entre crescimento e depressão. O período de 1810 a 1818, durante o governo do 8º Conde dos Arcos, foi de desenvolvimento, com rentáveis contatos e alianças internacionais, sobretudo com a Inglaterra. Foram realizados melhoramentos no porto e em toda a área comercial da Cidade Baixa. Entre os anos de 1850 e 1890 aconteceu o segundo

² MATTOSO, Kátia. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1978, p. 350-351.



momento de transformações urbanas, apesar dos ciclos de depressão. Os anos 50 foram marcados pelas epidemias de febre amarela e cólera, causadas, segundo os médicos e sanitaristas, pela insalubridade. Porém, a dramática situação forçou o poder público a investir na construção de hospitais e cemitérios, melhorar os serviços públicos de limpeza, iluminação a gás, distribuição de água, esgotamento sanitário, assim como ampliar o sistema viário da cidade.³

Ana Fernandes e Marco Aurélio Gomes consideram que o último surto de modernização abrange as duas primeiras décadas do século XX, período de expansão econômica já detectado por Kátia Mattoso. A cidade e seus habitantes viviam das glórias passadas, do prestígio de antiga metrópole colonial e primeira capital do Brasil, de sua importância como centro administrativo e religioso. Havia um desejo de modernização, mas,

A passagem da velha Salvador escravista à cidade “enfim civilizada” se dá em um tempo bem mais longo, se constrói através de interesses e ações múltiplas, combina várias esferas de intervenção e traduz, na cidade, uma nova heterogenia: a que coloca, lado a lado, novo e velho interagindo e sustentando a montagem de diversas idealizações urbanas sobre Salvador.⁴

Segundo Mário Augusto Santos, dois fatores interligados – as estagnações demográfica e industrial – contribuíram para o lento processo de mudanças. O pequeno crescimento demográfico não favorecia a formação da mão-de-obra necessária ao mercado interno e ao desenvolvimento industrial. O ramo de atividades que mais se desenvolvia era o setor primário. A cidade permanecia repleta de áreas verdes, vales desabitados e distritos urbanos e arrabaldes ocupados por estábulos, hortas, chácaras, roças e fazendas ou separados por imensos espaços vazios. O setor produtivo era caracterizado pelas atividades

³ FERNANDES, Ana; GOMES, Aurélio de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: _____. (Orgs). **Cidade & História**. Salvador: Faculdade de Arquitetura / ANPUR, 1992, p. 53-68.

⁴ Ibid., p.55.



do artesanato doméstico, que abastecia as lojas com acessórios do vestuário, das pequenas oficinas e fábricas, empresas domésticas, de apenas um ou dois empregados e sem trabalho assalariado, e da construção civil. Em 1893 existiam apenas seis fábricas têxteis que possuíam de 700 a 800 operários.⁵

Os baianos estavam atentos à divulgação, pela elite nacional, dos ideais de progresso e civilidade. Políticos, médicos sanitaristas, higienistas, educadores e jornalistas queriam que Salvador seguisse os rumos das duas cidades mais ricas, populosas, modernas e civilizadas do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Para isso, pensavam na reordenação do espaço urbano e na resolução dos problemas causadores do “atraso”: saneamento básico, abastecimento de água, serviços de esgoto, deficiente coleta de lixo, precárias condições de higiene e de saúde da população.

Os jornalistas demonstravam, por meio de textos publicados nos jornais locais, a insatisfação dos moradores de Salvador com as precárias condições de moradia, os freqüentes surtos de epidemias, ausência dos serviços básicos de saúde. Um bom exemplo do descontentamento é o seguinte depoimento publicado no *Diário de Notícias* em 1912:

Somos os tristes moradores de uma capital onde existem todos os inconvenientes da vida em sociedade, sem nenhuma das suas vantagens; vida cara, desde os aluguéis das habitações, até as exigências do vestuário; população densa; casas aglomeradas, mal arejadas e [...] pelo outro lado, quanto a vantagens, nada, desoladoramente, nada.

Cerca de 300.000 pessoas quase morrendo de tédio, sem diversões nem logradouros públicos e, ainda a sombrear-lhes o espírito atribulado, a preocupação dos males epidêmicos que vão ceifando, assustadoramente, a vida, tal como a febre amarela, o mal levantivo, a varíola, a disenteria e, com uma fúria inominável, a tuberculose que leva para o seu ativo parte dos serviços do nosso obituário.⁶

⁵ SANTOS, Mário Augusto da S. Novas e velhas ocupações na Salvador republicana (1890-1930). In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de F. Op. Cit., p. 257-262.

⁶ EM TORNO dos melhoramentos. **Diário de Notícias**, Salvador, p.1, 25 jun. 1912.



No período de 1912 a 1916 José Joaquim Seabra⁷ assumiu o governo da Bahia com um projeto de reformas que prometia modernizar a cidade. Pretendia fazer uma grande intervenção urbana: ampliação de ruas, construção de novas vias, abertura de avenidas, reforma dos edifícios públicos. Dentre suas principais metas destaca-se a construção de uma avenida que percorresse toda a cidade, estendendo-se da Sé ao Rio Vermelho, e que viesse a se constituir em cartão-postal. Essa grande via seria composta de canalizações para esgoto de águas pluviais, instalação de luz elétrica e arborização. Para a viabilização do projeto, alguns antigos edifícios deveriam ser demolidos: Instituto de Higiene, Imprensa Oficial, o primeiro cartel da Vila Policial do Estado, a garagem do antigo Passeio Público, a entrada do departamento do Quartel da Cavalaria, o Museu-Escola, o Pavilhão de Ondina, o pavilhão Kroepelin, o Pavilhão dos Tuberculosos, a residência do diretor, o Hospício S. João de Deus, as fachadas do Rosário, da Capela e do Convento das Mercês, o Palácio do Progresso.

A abertura dessa via, inaugurada no dia comemorativo da Independência do Brasil e, por isso, chamada avenida Sete de Setembro, foi a mais controvertida das intervenções realizadas por Seabra. Ocorreram diversas manifestações contrárias às demolições e desapropriações dos edifícios que faziam parte do patrimônio histórico e religioso da cidade. Talvez a mais intensa reação popular tenha sido aquela contrária à demolição do Mosteiro de São Bento. O seu abade reagiu e saiu vitorioso da luta pela preservação do edifício.

Havia uma preocupação muito grande com as reformas da infra-estrutura urbana, mas o fenômeno assumiu dimensões sociais e culturais. Civilizar significava regulamentar o uso do espaço, mas implicava na necessária mudança de hábitos da população e na “moralização dos costumes”.

Os cultos africano e indígena sofriam constantes críticas. Acreditava-se que era preciso retomar os valores e dogmas do catolicismo, pois, apesar dos esforços dos

⁷ J.J. Seabra tinha uma longa experiência na administração pública, ocupara cargos no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), exerceu a função de ministro na gestão de Rodrigues Alves (1902-1906) e acompanhou as reformas do Rio de Janeiro no governo de Pereira Passos.



primeiros religiosos, “a religião no Brasil não se definiu, não se integralizou”. Segundo os modernizadores, o problema teve origem no início da colonização, quando os portugueses, de “sangue impuro com mescla de sangue mouro”, juntou-se com “os caboclos de vida errante, dados à prática de fetichismo, indolentes, inadaptáveis à civilização”. Outras religiões, como protestantismo, espiritismo e islamismo, também eram consideradas prejudiciais à sociedade. Porém, a recorrência à escravidão africana havia causado um mal ainda maior. Os jornalistas não pouparam esforços para criticar as diversas formas de religiosidade vivenciadas em Salvador. O poder público, por meio da lei e força policial, deveria combater a “má orientação cívica e religiosa” do povo baiano.⁸

Regulamentação e controle manifestações culturais e religiosas

Alguns costumes tradicionais começaram a sofrer críticas da elite intelectual e defensora da modernização. Foi realizada, por meio dos jornais, uma verdadeira campanha contra o hábito de acender fogueiras e soltar fogos – busca-pés, bombas e roqueiras – durante as festas religiosas, sobretudo as realizadas no mês de junho. A brincadeira das noites de São João foi considerada como “um vestígio da barbaria, da selvageria, da brutalidade, das eras coloniais, quando aqui ainda era, quase, tudo mata brava, quando aqui ainda era povoado de indígenas ferozes e de colonos também ferozes”.⁹

Acreditava-se que com o incentivo das reformas urbanas o costume fosse extinto. Afinal, no Rio de Janeiro ninguém tinha mais a audácia “de acender uma fogueira, de atirar um busca-pé na avenida Rio Branco”¹⁰, símbolo da modernização daquela cidade. Mas em Salvador, nem mesmo as posturas municipais proibindo soltar fogos foram suficientes para acabar com o brilho e a animação das noites juninas. E os soteropolitanos, inclusive as autoridades, não levavam a sério as interdições e participavam das brincadeiras:

⁸ A NOSSA educação religiosa. **Diário de Notícias**, Salvador, p.1, 09 dez. 1912.

⁹ FOGOS soltos. **Diário de Notícias**, Salvador, p.1, 22 jun. 1912.

¹⁰ SÃO JOÃO: postura sem execução. **Diário de Notícias**, Salvador, p.1, 23 jun. 1914.



[...] homens do povo, muita gente chamada boa, muitos indivíduos que se diziam educados, muitos moços que se tinham como civilizados e instruídos, muitos parentes de autoridades policiais, de chefes políticos, mesmo da polícia e do exército.¹¹

Até o final do século XIX, durante as festas religiosas o céu de Salvador era iluminado pelos fogos de planta. Antônio Vianna considerava esse tipo de foguetório “[...] fumarento e perigoso, que obrigava a assistência a guardar distância. A precaver-se de uma roda escapulida da haste em que ardia”.¹² Nas primeiras décadas do século XX o poder público, por meio dos Códigos de Posturas Municipais, proibia os fogos de planta e regulamentava o uso de fogos de artifício, que passaram a ser mais sofisticados, fabricados e queimados por especialistas em pirotecnia.

O Código de Posturas Municipais de 1920 tem um capítulo dedicado ao uso dos fogos de artifício. A Postura 148 determina: “Ninguém poderá dar espetáculos públicos, armar ou queimar fogos de artifícios nas ruas, praças e avenidas desta cidade e subúrbios, sem a competente licença da Municipalidade”. Os possíveis danos causados às pessoas, propriedades e ao solo seriam pagos com um depósito de caução no valor de 50\$000, que deveria ser feito pelo requerente da licença. Após a festa, a Diretoria de Obras Públicas faria a averiguação e, caso não houvesse nenhum problema, restituiria o dinheiro ao requerente. Os fogos de artifícios eram permitidos. Porém, outros tipos, considerados perigosos, estavam proibidos pela Postura 149: “Fica terminantemente proibido o uso de fogos soltos, busca-pés, bombas de clorato e espadas no perímetro urbano”.¹³

Apesar das multas cobradas, as normas foram muitas vezes desobedecidas. As oficinas para o fabrico dos fogos proibidos continuaram funcionando. A tendência foi o cumprimento da lei na área urbana, nos locais mais vigiados pelo poder público. Nos festejos da Imaculada Conceição, realizados na igreja da Cidade Baixa pela aristocrática

¹¹ FOGOS soltos. **Diário de Notícias**, Salvador, p.1, 22 jun. 1912.

¹² VIANNA, Antônio. **Casos e coisas da Bahia**. Salvador: Museu do Estado, 1950, p. 24.

¹³ CONSELHO MUNICIPAL. Do Entrudo, Máscaras e *Confetti*, Espetáculos e Fogos de Artifícios. In: **Livro de registro de posturas**. Salvador: Prefeitura Municipal, 1920. cap. 21, p.17-84.



irmandade dos homens brancos, houve uma maior preocupação em deixar o espetáculo dos fogos a cargo das autoridades. A imprensa costumava elogiar os responsáveis pela queima de fogos, como fez o jornalista do *Diário de Notícias* em 1917, ao dizer: “Terminou a festa com um lindo fogo de artifício, trabalho do hábil pirotécnico major Antonio Velloso”.¹⁴ Porém, no ano seguinte, o edital da festividade, publicado no mesmo jornal, informava aos participantes que toda noite, após as 9 horas, eles poderiam apreciar fogos de ar e de planta.¹⁵ Sinal de que o desrespeito ao Código de Posturas continuava acontecendo.

Se em áreas mais controladas pelo poder público e nas quais se considerava que era preciso modernizar, como o Largo da Conceição, as posturas não eram obedecidas, em locais menos privilegiados, como os arrabaldes, os fogos de planta eram utilizados livremente. Durante as primeiras décadas do século XX é comum se encontrar nos jornais notícias de que as noites festivas em homenagem a Santa Bárbara (Baixa dos Sapateiros) e Sant’Ana (arrabalde do Rio Vermelho) seriam animadas e iluminadas por girândolas de foguetes, bombas, busca-pés e trocafios.

Os modernizadores acreditavam ainda que a sociedade baiana precisava passar por um processo de branqueamento. Era preciso tirar das ruas todos os elementos da cultura negra. As críticas são duras em relação ao pequeno comércio desenvolvido pelos negros, sobretudo pelas mulheres negras. Condenavam as iguarias vendidas na rua e a indumentária das *baianas*, indubitavelmente de influência africana. Do ponto de vista religioso, a situação era mais grave. A venda de comida afro-baiana, encorajada pelo candomblé, tornou-se uma forma das filhas-de-santo obterem dinheiro para a realização das suas obrigações rituais.

Os jornalistas se referiam à vendedora de rua como a “mulher de saião”.¹⁶ A expressão pejorativa servia para desqualificar a mulher negra e pobre, cujas roupas lembravam a África, a escravidão, e em conseqüência, a “barbárie” e o “atraso” da época

¹⁴ FESTAS religiosas: N. S. da Conceição da Praia. **Diário de Notícias**, Salvador, 10 dez. 1917. *Diário Social*, p.2.

¹⁵ IRMANDADE do S.S. Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia. **Diário de Notícias**, Salvador, 05 dez.1918. *Editais*, p.3.

¹⁶ PEIXOTO, Afrânio. **Breviário sobre a Bahia**. Rio de Janeiro: MEC, 1980, *passim*.



colonial, da qual a elite queria a qualquer custo se livrar. Os médicos, sanitaristas e higienistas tiveram uma preocupação obsessiva com a qualidade dos alimentos vendidos nas ruas de Salvador. Consideravam os pratos da cozinha afro-baiana, preparados muitas vezes nas vias públicas e expostos em tabuleiros, bandejas e gamelas, impregnados do suor, causado pelo trabalho e desprezado pelo contato manual com a comida. Assim, esses alimentos gordurosos, condimentados e de fabricação duvidosa, representavam uma porta de entrada para micróbios e vírus que prejudicavam a precária saúde dos baianos. Os pratos de origem africana eram vendidos nas barracas em frente às igrejas durante as festas católicas, mas não costumavam ser servidos nas mesas das classes altas. A elite “civilizada” esforçava-se para apenas degustar as iguarias refinadas das cozinhas européias, mesmo que às vezes saboreasse com prazer as comidas a base de azeite de dendê, ato realizado às escondidas.

Entretanto, para os modernizadores e as autoridades, tarefa mais difícil do que controlar o uso dos fogos e máscaras e a venda de comida nas ruas, praças e avenidas novas ou remodeladas, seria tirar das manifestações católicas todas as características de outras crenças, sobretudo do candomblé. Segundo o editorial do jornal *Diário de Notícias*, de 9 de fevereiro de 1912, o mais grave era o fato do culto africano ser freqüentado por senhoras educadas da alta sociedade, que sabiam falar francês, estudavam Geografia e História, tocavam piano, discutiam transcendentais questões filosóficas, além de política nacional e estrangeira, iam à missa, ouviam os sermões do padre, contra as superstições e feitiçarias, e na volta, “com a mesma contrição, com a mesma fé”, procuravam “a casa da *mulher das cartas*, do africano que *bota a mesa*, do explorador que cura por meio do *espiritismo*” e ainda realizavam oferendas.

Nas madrugadas das segundas-feiras, ou das sextas-feiras de cada semana, porque a polícia aqui acorda muito tarde, aparecem nas encruzilhadas da cidade, na baixa da ladeira do cemitério da Quinta, na baixa da ladeira de Nazaré, cestos, panos vermelhos, milho torrado, algumas moedas de cobre, penas de galinha, às vezes galinhas vivas, de laços de fitas nas



asas, toda uma infinidade de porcarias, tingidas de azeite de dendê e a que o vulgo dá o nome pitoresco e inexpressivo de bozó.¹⁷

A polícia freqüentemente realizava inspeções nas casas de culto africano. Porém, os profissionais da imprensa consideravam as batidas policiais insuficientes para a eficaz reforma dos costumes religiosos. Se as autoridades eclesiásticas e civis não foram capazes de acabar com a disseminação dos rituais africanos em honra dos orixás, a imprensa cumpriu seu papel ao estigmatizar as outras formas de religiosidade. Os próprios jornalistas faziam vistorias nos candomblés. Os chefes religiosos eram acusados de incomodar o silêncio da população urbana com o “barulho infernal dos batuques”, prejudicar a higiene da cidade com a realização de *ebós*¹⁸, praticar o exercício ilegal da medicina e submeter pessoas ao cárcere privado e à promiscuidade. Os relatos dessas “visitas” são repletos de preconceitos raciais, religiosos e culturais.

No período de 1896 a 1905, Nina Rodrigues recolheu recortes de jornais baianos cujas matérias se referem às atividades realizadas nos terreiros de candomblé. As denúncias mais comuns são de promiscuidade, presença de mulheres de todas as classes sociais nos terreiros e existência de autoridades policiais entre os filhos-de-santo. Os jornalistas criticavam principalmente o poder público pela falta de combate ao culto africano. Em 1897, um articulista do jornal *O Republicano* chegou a afirmar que não seria espantoso se a imprensa anunciasse que dentro da Secretaria de Segurança houve festas em homenagem a Xangô ou outro orixá.¹⁹

Nina Rodrigues escreveu que as atividades dos terreiros não revoltavam a imprensa baiana e os jornalistas até mesmo encontravam nelas “um motivo de gracejo inofensivo”.²⁰ No entanto, os artigos dos jornais por ele recolhidos demonstram a preocupação com as práticas africanas, chamadas muitas vezes de “inconvenientes morais e sociais”. O *Correio de Notícias*, de 3 de junho de 1897, citado por Rodrigues, revela o empenho da imprensa

¹⁷ A NOSSA educação religiosa. **Diário de Notícias**, Salvador, p.1, 09 dez. 1912.

¹⁸ Ebó – Oferenda ou sacrifício de animal feito em homenagem aos Orixás.

¹⁹ RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Nacional, 1945, p. 382.

²⁰ *Ibid.*, p.393.



em estigmatizar e combater o candomblé. Um fragmento do texto diz o seguinte: “É com prazer que abrimos espaço a essa propaganda de higiene social em prol da qual também não regatearemos os nossos esforços”.²¹ E dessa forma continuaram agindo nas primeiras décadas do Brasil republicano. Os articulistas estavam bem informados sobre o candomblé. Alguns chegaram a fazer referências às leituras dos livros de Nina Rodrigues, como fez o articulista do jornal *A Tarde*, de 2 de dezembro de 1914, ao dizer que só aumentava o número de curadores e da clientela dos terreiros, que “o sábio Nina Rodrigues registrou numa brilhante monografia”.²²

Em 1914, um grupo de “civilizadores” do jornal *A Tarde* denunciava a prática da “feitiçaria” e da “medicina oculta” em quase todos os cantos de Salvador: “Do Cabula à rua do Alvo, do Cabeça ao Gantois, com escala pela Sé e pelo Engenho Velho”. Em todos esses lugares, eles afirmavam ter encontrado práticas de “imposição de mãos, das ervas santas, dos passes sobre a água”. Diziam ainda que os “espíritas mais sabidos” simulavam que um “médico do espaço” lhes assistia nas consultas e ditava as fórmulas para o preparo das “mesinhas”. Segundo os jornalistas, existia na cidade um “vultoso contingente de curadores” vivendo da exploração da credence popular dos enfermos da carne e do espírito e que assumia as funções de Jesus e dos taumaturgos. Nessa “visita” foi encontrado até um português, chamado Nogueira, que se dizia capaz de curar por “processos ocultistas”. Os jornalistas logo o apelidaram de Deus da Terra.²³

Em 1920, as “visitas” aos “centros fetichistas” continuavam acontecendo. Os jornalistas do *Diário de Notícias* aproveitaram o envolvimento de membros da elite na realização de uma regata para percorrer os centros espíritas e terreiros de candomblé. Justificavam essa atitude afirmando que o fetichismo causava prejuízos, como embaraços sociais, perdas de vidas e contágios de vícios, mas gozava da estima do “pessoal graúdo”, “pessoal da política reinante”. Ficaram impressionados por terem encontrado membros de famílias distintas nesses “lugares suspeitos”. Segundo os jornalistas, os políticos de

²¹ Ibid., p.381.

²² O “DEUS” da terra. *A Tarde*, Salvador, p.1, 02 dez. 1914.

²³ Ibid., p.1.



“espírito público fraco” freqüentavam os centros e terreiros na expectativa de adquirir sucesso financeiro, triunfo na política e sossego da alma. Denominavam as casas de culto de “antros condenáveis de abusões” e definiam os líderes religiosos como “qualquer sacripanta de cabeça raspada e lenço vermelho amarrado no pescoço”.²⁴

O primeiro terreiro a receber os jornalistas foi o da Mata Escura, no caminho do Rio Vermelho. O pai-de-santo chamado Procópio foi definido como “um tipo pernóstico”, “um rei entre seus servos”, que “falava com arrogância e impunha respeito a todos”. Encontraram também algumas mulheres recém-iniciadas no candomblé, pois estavam com as cabeças raspadas. Parece que os visitantes assistiram a uma parte do culto e não entenderam muito bem o que viram. Dizem ter escutado sons de atabaques, pandeiros, oboés e castanholas. O som desses instrumentos os fez comparar o local com um manicômio. “Cansados já de ver tanta coisa”, os visitantes dirigiram-se para o terreiro do Gantois. Ali presenciaram pessoas cantando e dançando em torno de uma fogueira. Segundo eles, “um tipo balofo e cheio de afetação” dirigia a cerimônia. Apesar de se acharem cansados, os observadores ainda foram a um lugarejo chamado Corta Braço, onde havia um candomblé dirigido por um pai-de-santo identificado como Jubiabá. Encontraram os crentes de mãos postas e murmurando “preces supersticiosas”. Duas horas depois, a cerimônia foi finalizada com uma refeição coletiva. Todos bebiam uma mistura de cachaça e mel no mesmo copo. Em seguida, foram servidos os pratos com galinha preparada no azeite de dendê, abarás e acarajés.²⁵

Entretanto, apesar dos esforços da imprensa e do poder público para modernizar Salvador e reformar os costumes da população, não havia unanimidade quanto à forma de “civilização” que deveria ser implantada na Bahia. De vez em quando aparecem, nesses mesmos jornais, editoriais em defesa das tradições. Criticavam-se os políticos que deixavam os soteropolitanos passarem o ano inteiro “sem lar higiênico, sem pão, sem conforto, sem alegrias salutares, sem expansões ruidosas e comunicativas” e, no período

²⁴ No REINO do fetichismo: abusões e contágios. **Diário de Notícias**, Salvador, p.1, 30 nov. 1920.

²⁵ *Ibid.*, p.1.



das principais comemorações do calendário cristão, queriam substituí-las por hábitos e manifestações européias e americanas. Afirmavam que o povo que esquece as suas festas religiosas, patrióticas e seus festejos de rua, substituindo-os pelo que aporta das terras estrangeiras, “é um povo cujas características, se não estão mortas, ao menos estão prestes a morrer”.²⁶

Que desapareça, cedendo lugar, o que existe de inconveniente, de triste, de mau, de atrasado, de anti-progressista, todos concordam. Porém, que se substituam os inocentes folguedos de origem indígena, por outros de igual jaez , vindos de fora, que os nossos hábitos de gente limpa e asseada, quer física, quer moralmente, venham abater os hábitos europeus e americanos, tudo sem melhor vantagem comum, sem melhor utilidade prática, isto não, não podemos, não devemos consentir.²⁷

Os habitantes da capital baiana receberam o regime republicano ainda com muitos contrastes, promovendo inovações, mas também tendo que conviver com muitas permanências. Percebe-se que os melhoramentos na arquitetura urbana, na limpeza e saúde pública eram desejados pela elite intelectual e também pela população humilde. Porém, quando se tratava da mudança de costumes, havia uma persistência da tradição. Afinal, considerava-se que Salvador, apesar dos seus muitos defeitos, possuía a virtude de ser um dos poucos espaços no território brasileiro a valorizar suas tradições. Portanto, poderia seguir os exemplos de modernidade de Paris, Rio de Janeiro e São Paulo, mas deveria manter as características de primeira capital do Brasil, principalmente as manifestações culturais herdadas dos colonizadores, índios e escravos africanos. “A Bahia não se desnacionaliza”.²⁸

Fontes:

²⁶ ALEGRIAS populares. **Diário de Notícias**, Salvador, p.1, 05 jan. 1912.

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.



Manuscritas:**Arquivo Histórico Municipal de Salvador - AHM**

Código de Posturas do Município da Cidade do Salvador

Livros de Registro de Posturas – 1920.

Impressas:**Biblioteca Pública da Bahia – BPBa**

Jornal Diário de Notícias (1912, 1914).

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

Jornais:

A Tarde (1914), Diário de Notícias (1912, 1914, 1917, 1918, 1920)

Bibliografia:

COUTO, Edilece Souza. **Tempo de festas:** homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940). Tese de Doutorado em História – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Assis – SP, 2004.

FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Orgs). Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: _____. **Cidade & História:** modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA / ANPUR, 1992.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia:** a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1978.

PEIXOTO, Afrânio. **Breviário sobre a Bahia.** Rio de Janeiro: MEC, 1980.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Nacional; Brasília: UnB, 1988.

SANTOS, Mário Augusto da S. Novas e velhas ocupações na Salvador republicana (1890-1930) In: FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Orgs). **Cidade &**



História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura da UFBA / ANPUR, p. 257-262, 1992.

VIANNA, Antônio. **Casos e coisas da Bahia.** Salvador: Museu do Estado, 1950.

